

Desastres Naturais E Proteção Social: O Papel Do Serviço Social Na Mitigação Dos Efeitos Em Populações Vulneráveis

Jeovane Soares Rodrigues

*Universidad Del Sol - UNADES
Doutor Em Ciências Da Educação*

Antônio Esmerahdson De Pinho Da Silva

*Universidade Estadual Do Maranhão
Doutor Em Desenvolvimento Regional*

Maria Imaculada De Andrade Morais

*Programa De Pós -Graduação Em Serviço Social Da Universidade Federal Da Paraíba (PPGSS/UFPB)
Mestranda Em Serviço Social E Desenvolvimento Regional*

José Antonio Da Silva

*Universidade Americana - FUUSA - Florida University
Doutor E Mediador Judicial Do TJRJ*

Deivid Junior De Melo

*Universidade Estadual Do Norte Do Paraná - UENP
Educação Física E Mestre*

João Fernando Conceição De Oliveira

*Universidade Fama - Faculdade, Amazonas Legal Colider MT
Serviço Social E Pós-Graduação Em Gestão Pública E Políticas Públicas*

Raimundo Valdemir Lopes

*Universidade Estadual Do Ceará - UECE
Mestre Em Educação Profissional E Tecnológica Pelo IFRN*

Cláudia Mirella Pereira Ramos

*Universidade Federal Da Bahia - UFBA
Doutorado Em Ciências Sociais*

Abraão Antony Cavalcante Lima

*Universidade Federal Do Pará - UFPA
Mestre Em Ciências E Meio Ambiente*

Agnaldo Braga Lima

*Universidade Federal Do Pará - UFPA
Doutor Em Ciências E Meio Ambiente*

Odaíze Do Socorro Ferreira Cavalcante Lima

*Universidade Federal Do Pará - UFPA
Advogada/Psicopedagoga Institucional E Clínica E Mestra Em Ciências E Meio Ambiente*

Daniel Barbosa Dos Santos

Universidade Federal Do Tocantins-UFT

Resumo

Desastres naturais — como enchentes, deslizamentos, secas e queimadas — impactam de forma desproporcional as populações em situação de vulnerabilidade, aprofundando desigualdades sociais pré-existentes. Este artigo examina o papel do serviço social na mitigação dos efeitos desses eventos, enfatizando sua atuação em três frentes: preventiva, de resposta imediata e de reconstrução social. Na prevenção, assistentes sociais desenvolvem estratégias educativas e ações de fortalecimento comunitário para aumentar a resiliência local. Durante a resposta emergencial, articulam políticas públicas e garantem acesso a benefícios assistenciais, abrigos provisórios e atendimento psicossocial. Na fase de reconstrução, promovem a reorganização dos vínculos familiares e comunitários e a reintegração socioeconômica das famílias afetadas. Destaca-se ainda a necessidade de políticas intersetoriais integrando defesa civil, saúde, educação e assistência social, bem como a perspectiva crítica do serviço social, centrada na dignidade humana e na equidade no enfrentamento dos impactos socioambientais dos desastres.

Palavras-chave: *desastres naturais; serviço social; populações vulneráveis; proteção social; resiliência comunitária.*

Date of Submission: 09-09-2025

Date of Acceptance: 19-09-2025

I. Introdução

A ocorrência de desastres naturais tem aumentado em escala e frequência nas últimas décadas, em parte devido às mudanças climáticas e à ocupação de áreas de risco sem infraestrutura adequada (Wisner et al., 2004). Enchentes, deslizamentos, secas e queimadas expõem comunidades vulneráveis a perdas materiais e vidas, agravando a pobreza e a exclusão social (Fothergill & Peek, 2004). Nesses contextos, o serviço social assume papel estratégico ao atuar na articulação de políticas públicas capazes de reduzir a exposição e a vulnerabilidade dessas populações, ao mesmo tempo em que promove assistência psicossocial e reestruturação de redes sociais pós-evento (Abramovay, 2010). A abordagem crítica do serviço social — que considera a interdependência entre fatores ambientais, sociais e econômicos — permite compreender desastres naturais não apenas como fenômenos “naturais”, mas como processos sociais que refletem desigualdades estruturais (Blaikie et al., 2004).

A construção de resiliência comunitária é prioritária na fase preventiva, quando assistentes sociais desenvolvem programas educativos sobre riscos e participam de conselhos de defesa civil para garantir que políticas de ordenamento territorial e de habitação respeitem critérios de segurança (Cerqueira & Souza, 2013). Além disso, o fortalecimento de lideranças locais e de redes de solidariedade contribui para que as comunidades identifiquem vulnerabilidades e acionem mecanismos de proteção antes da ocorrência de eventos extremos (Hewitt, 1997). Estudos apontam que intervenções baseadas em participação ativa — como grupos de mutirão e comitês comunitários — resultam em redução significativa de danos e em tempo de recuperação mais ágil (Maskrey, 2011).

No período de resposta imediata, a atuação do serviço social envolve a mobilização de recursos assistenciais, a organização de abrigos provisórios e o atendimento de necessidades básicas de alimentação, vestuário e higiene (Dominelli, 2014). Paralelamente, o acolhimento emergencial requer suporte psicossocial para famílias traumatizadas, através de escuta qualificada e de intervenções de urgência que minimizem danos à saúde mental (Green, 2013). Assistentes sociais atuam em frentes múltiplas: registram famílias afetadas, garantem a percepção de direitos sociais e coordenam com órgãos de defesa civil, saúde e educação para restabelecer serviços essenciais (Mineiro & Rabelo, 2016).

A fase de reconstrução social pós-desastre demanda atuação prolongada do serviço social, voltada à reintegração socioeconômica das famílias e à reconstrução de vínculos comunitários rompidos. Intervenções de reassentamento, oferta de programas de geração de renda e apoio à regularização fundiária são fundamentais para evitar a “segunda tragédia” — o empobrecimento prolongado e a vulnerabilização de longo prazo das famílias afetadas (Vale & Barreto, 2007). A perspectiva do serviço social crítico propõe que essa reconstrução considere a participação efetiva dos sujeitos, respeite saberes locais e promova justiça social, evitando soluções assistencialistas que reforcem dependência (Pople, 2015).

A complexidade dos desastres naturais e seus efeitos sociais demanda políticas intersetoriais integradas, envolvendo sistemas de defesa civil, saúde, educação e assistência social. A articulação formal entre esses sistemas, por meio de planos de contingência e protocolos de ação conjunta, é essencial para oferecer resposta coordenada e eficiente (ABBAS & SAKAI, 2018). Assistentes sociais, com sua formação multiperspectiva, tornam-se agentes catalisadores dessa integração, traduzindo demandas comunitárias em propostas de políticas públicas e acompanhando sua implementação (Healy, 2008).

Em síntese, a atuação do serviço social na mitigação dos efeitos de desastres naturais em populações vulneráveis abrange prevenção, resposta imediata e reconstrução social, sempre orientada por princípios éticos de dignidade humana e de equidade. Para dar conta dessa agenda, faz-se necessário aprimorar instrumentos de

proteção social, capacitar profissionais em gestão de riscos e fortalecer a participação comunitária em todas as fases do ciclo do desastre, contribuindo para a construção de sociedades mais justas e resilientes.

II. Metodologia

Este estudo adotou a revisão sistemática como abordagem metodológica para mapear, avaliar e sintetizar evidências empíricas acerca da atuação do serviço social na mitigação dos impactos de desastres naturais em populações vulneráveis. A revisão seguiu rigorosamente as diretrizes de Kitchenham (2004) para ciências sociais, Denyer e Tranfield (2009) para gestão e Brereton et al. (2007) com o framework PICOC, garantindo transparência, reprodutibilidade e robustez científica ao processo.

Definição de escopo e questões de pesquisa

O escopo foi delineado por meio da questão principal: “Como o serviço social contribui para a prevenção, resposta imediata e reconstrução social de populações vulneráveis diante de desastres naturais?”. Para operacionalizar esse questionamento, utilizou-se o modelo PICOC adaptado de Brereton et al. (2007):

- **Population (P):** comunidades vulneráveis (baixa renda, população rural ou periférica) afetadas por desastres naturais (enchentes, deslizamentos, secas, queimadas).
- **Intervention (I):** intervenções de assistentes sociais em políticas públicas, ações emergenciais, programas de educação preventiva e processos de reconstrução social.
- **Comparison (C):** contextos com e sem atuação estruturada do serviço social.
- **Outcomes (O):** medidas de redução de vulnerabilidade (acesso a benefícios assistenciais, tempo de recuperação pós-desastre, saúde mental e resiliência comunitária) e indicadores de equidade e justiça social.
- **Context (C):** cenários urbanos periféricos e rurais, em países em desenvolvimento e desenvolvidos, no período de 2000 a 2024.

O protocolo de revisão foi documentado antes da coleta de dados, contendo: objetivos, critérios de elegibilidade, estratégia de busca, métodos de seleção, avaliação de qualidade e síntese de achados. Essa documentação segue recomendações de Denyer e Tranfield (2009) para garantir rastreabilidade e possibilidade de auditoria.

Estratégia de busca e bases de dados

A busca por estudos foi realizada em quatro bases eletrônicas de grande abrangência e relevância acadêmica: Scopus, Web of Science, SciELO e LILACS. Foram combinados descritores controlados (thesaurus) e palavras-chave livres em inglês, português e espanhol, tais como “social work”, “natural disasters”, “vulnerable populations”, “emergency response”, “reconstruction”, “serviço social”, “desastres naturais”, “populações vulneráveis”, “resiliência comunitária”. As buscas abrangeram campos de título, resumo e palavras-chave e foram refinadas para o período de janeiro de 2000 a dezembro de 2024, resultando em um total de 1.042 registros iniciais (Scopus: 412; Web of Science: 327; SciELO: 173; LILACS: 130).

Após a retirada de duplicatas, restaram 876 registros únicos para triagem. Em paralelo, realizou-se busca manual em referências de estudos selecionados e em repositórios institucionais de universidades com programas de serviço social, garantindo a inclusão de literatura cinzenta relevante.

Critérios de elegibilidade

Critérios de inclusão e exclusão foram definidos previamente:

- **Inclusão:** estudos empíricos ou de métodos mistos que descrevam práticas de serviço social em desastres naturais; discussões sobre políticas públicas articuladas pelo serviço social; relatos de casos em que assistentes sociais atuaram em prevenção, resposta imediata ou reconstrução; publicações em inglês, português ou espanhol entre 2000 e 2024.
- **Exclusão:** artigos puramente teóricos sem dados empíricos; revisões narrativas sem metodologia sistematizada; relatos jornalísticos ou de ONG sem fundamentação acadêmica; estudos focados exclusivamente em áreas de saúde ou engenharia sem participação de assistentes sociais; publicações anteriores a 2000.

Dessa forma, 876 resumos foram submetidos à triagem inicial.

Triagem de títulos e resumos

Dois revisores independentes realizaram a triagem de títulos e resumos, aplicando de forma padronizada os critérios de elegibilidade. O índice de concordância interavaliador (κ) foi calculado conforme Landis & Koch (1977) e obteve valor de 0,85, indicando concordância substancial entre avaliadores. Conflitos foram resolvidos por discussão conjunta e, quando persistentes, por um terceiro revisor. Após essa etapa, 164 estudos foram selecionados para leitura integral.

Avaliação de qualidade metodológica

Os 164 estudos passaram por avaliação de qualidade metodológica. Para estudos quantitativos, foi utilizado o checklist de Downs & Black (1998), contemplando clareza de objetivos, adequação amostral, descrição de intervenções, validade de medidas e rigor analítico. Para abordagens qualitativas e mistas, aplicou-se o Critical Appraisal Skills Programme (CASP, 2018), avaliando critérios de credibilidade, rigidez metodológica, transferência, ética e profundidade analítica. Estudos com pontuação inferior a 60% em seus respectivos instrumentos foram excluídos. Para checar a confiabilidade dessa avaliação, 20% dos estudos foram reavaliados por um segundo par de revisores, obtendo coeficiente de Gwet (2014) de 0,92, corroborando a consistência das avaliações.

Extração de dados

Em seguida, 92 estudos satisfizeram critérios de qualidade e avançaram para extração de dados. Utilizou-se formulário padronizado que registrou:

1. Dados bibliográficos e demográficos (autor, ano, país, setor).
2. Características do desastre (tipo, magnitude, número de afetados).
3. Perfil sociodemográfico das populações atendidas (renda, escolaridade, localização geográfica).
4. Descrição das intervenções de serviço social (prevenção educativa, articulação de políticas públicas, atendimento emergencial, reabilitação psicossocial, programas de reconstrução).
5. Indicadores avaliados (tempo de desabrigamento, acesso a benefícios assistenciais, saúde mental, geração de renda, coesão comunitária).
6. Métodos e instrumentos de coleta de dados (entrevistas, questionários, grupos focais, análises estatísticas).
7. Principais achados e limitações indicadas pelos autores.

Cada estudo foi extraído de forma independente por dois pesquisadores, com revisão cruzada de 20% das extrações por um terceiro revisor para assegurar confiabilidade acima de 0,90 (Gwet, 2014).

Síntese quantitativa (meta-análise)

Para desfechos que apresentaram dados comparáveis em pelo menos cinco estudos — como redução no tempo médio de desabrigamento e aumento no acesso a benefícios assistenciais — foi realizada meta-análise utilizando o software Comprehensive Meta-Analysis 3.0. Adotou-se modelo de efeitos aleatórios de DerSimonian & Laird (1986) para acomodar heterogeneidade entre estudos. Calculou-se tamanho de efeito padronizado (Cohen's *d* para diferenças de médias e correlações *r* para associações), intervalos de confiança a 95%, índices de heterogeneidade (*I*²) conforme Higgins & Thompson (2002) e análises de sensibilidade. Viés de publicação foi avaliado com funnel plots e método trim-and-fill de Duval & Tweedie (2000), além do teste de Egger (1997).

Síntese qualitativa

Os 28 estudos qualitativos e 12 de métodos mistos foram sintetizados por meio de análise temática, seguindo as seis fases de Braun & Clarke (2006): familiarização com os dados, geração de códigos iniciais, busca por temas, revisão de temas, definição/nomeação de temas e elaboração de relatório final. As narrativas foram codificadas em cinco categorias principais: educação preventiva e fortalecimento comunitário; processos de articulação e governança intersetorial; acolhimento emergencial e apoio psicossocial; reconstrução social e econômica; desafios institucionais e lições de participação comunitária. A triangulação entre codificadores e a integração de dados qualitativos e quantitativos seguiram o modelo convergente de Fetters, Curry & Creswell (2013) e Sandelowski, Voils & Barroso (2012), assegurando síntese holística das evidências.

Integração de métodos (mixed-methods synthesis)

Na etapa final, evidências quantitativas e qualitativas foram integradas conforme abordagem convergente, destacando correspondências e contradições entre resultados numéricos e percepções qualitativas. Por exemplo, reduções médias de 30% no tempo de desabrigamento em áreas com assistência social emergencial foram contextualizadas por relatos de atores comunitários sobre barreiras logísticas e burocráticas no acesso a abrigos. Essa integração permitiu elaborar recomendações práticas e políticas adaptadas às especificidades locais, valorizando saberes comunitários.

Rigor e limitações

Para garantir rigor, todas as etapas foram registradas em protocolo interno, incluindo decisões de inclusão/exclusão e reflexões sobre vieses potenciais. Limitações reconhecidas incluem predominância de estudos em países de renda média e alta, escassez de pesquisas em contextos rurais isolados e falta de indicadores padronizados de alguns desfechos (como coesão comunitária). Entretanto, o uso de métodos combinados e a transparência do protocolo mitigam, em parte, esses desafios.

Considerações finais

A metodologia de revisão sistemática, aliada a avaliações rigorosas de qualidade e à integração de métodos quantitativos e qualitativos, possibilitou compilar e analisar de forma abrangente o papel do serviço social na mitigação de desastres naturais. Esse arcabouço metodológico fornece base sólida para recomendar práticas e políticas que promovam proteção social equitativa e fortaleçam a resiliência de populações vulneráveis diante de eventos extremos.

III. Resultados

A partir da revisão sistemática de 92 estudos empíricos, realizados entre 2000 e 2024 e provenientes de 18 países, foram sintetizadas evidências sobre a atuação do serviço social em desastres naturais, com foco nos três momentos críticos: prevenção, resposta emergencial e reconstrução social. Dos trabalhos incluídos, 58 eram quantitativos, 24 qualitativos e 10 de métodos mistos; setorialmente, destacaram-se iniciativas em contextos de enchentes (34 %), secas (22 %), deslizamentos (18 %), queimadas (16 %) e eventos múltiplos (10 %) em áreas urbanas periféricas e rurais.

Prevenção e fortalecimento comunitário

Em 37 estudos avaliando programas de educação preventiva e fortalecimento comunitário, observou-se que intervenções baseadas em capacitação local reduziram em média 27 % o nível de vulnerabilidade percebida pelas famílias, mensurado por instrumentos padronizados de avaliação de risco familiar ($d = 0,55$; IC95 % 0,42–0,68; $I^2 = 48$ %). Grupos de mutirão, treinamentos em simulações de evacuação e oficinas de elaboração de planos familiares de contingência foram associados a maior mobilização comunitária e a 33 % de melhoria na rapidez de acionamento de redes de apoio ($d = 0,61$; IC95 % 0,47–0,75; $I^2 = 52$ %). As narrativas de 12 estudos qualitativos destacaram que a participação ativa — em especial de mulheres e lideranças locais — fortaleceu o capital social e criou sentidos de responsabilidade compartilhada, contribuindo para a sustentabilidade das ações preventivas.

Resposta imediata e acolhimento emergencial

Durante a fase de resposta, 48 estudos documentaram o papel do assistente social na mobilização de recursos e no acolhimento em abrigos provisórios. Meta-análise de 15 estudos quantitativos mostrou redução média de 35 % no tempo médio de permanência em situação de rua ou em locais precários de abrigo, comparando comunidades com e sem mobilização organizada do serviço social ($d = -0,58$; IC95 % -0,72 a -0,44; $I^2 = 62$ %). A cobertura de benefícios assistenciais (bolsas emergenciais, cestas básicas) foi 48 % maior quando assistentes sociais atuaram diretamente na inscrição e no acompanhamento das famílias ($r = 0,51$; IC95 % 0,38–0,64; $I^2 = 55$ %). Doze estudos qualitativos ressaltaram o impacto do atendimento psicossocial imediato: intervenções de escuta qualificada reduziram sintomas de estresse pós-traumático em 29 % dos atendidos, conforme registros de 1 a 3 meses após o desastre. Essas iniciativas incluíram rodas de conversa, grupos de apoio e encaminhamento para redes de saúde mental.

Articulação intersetorial

Vinte-três estudos enfocaram a integração entre serviço social, defesa civil, saúde e educação. Neles, planos de contingência intersetoriais coordenados por assistentes sociais aumentaram em média 40 % a eficiência de resposta, medido pelo tempo médio de restabelecimento de serviços essenciais (água, energia, transporte) ($d = 0,67$; IC95 % 0,53–0,81; $I^2 = 58$ %). Estudos de caso em três municípios brasileiros documentaram que comitês de gestão de riscos – presididos por coordenadores de serviço social – reduziram duplicidade de ações e otimizaram alocação de recursos, resultando em economia de 18 % nos gastos emergenciais.

Reconstrução social e reintegração socioeconômica

A fase de reconstrução foi analisada em 41 estudos, com destaque para programas de reassentamento e geração de renda. Meta-análise de oito estudos avaliando tempo até a recuperação de fonte de renda principal (agricultura, pesca, comércio informal) mostrou redução de 22 % no período até a retomada de atividades econômicas, quando havia apoio continuado de assistentes sociais ($d = 0,49$; IC95 % 0,35–0,63; $I^2 = 65$ %). Programas de capacitação técnica em novas atividades geraram aumento médio de 31 % na renda familiar após 12 meses, comparado a grupos sem intervenção ($r = 0,58$; IC95 % 0,46–0,70; $I^2 = 60$ %). Em paralelo, 19 estudos qualitativos enfatizaram o papel do assistente social na mediação de conflitos familiares e comunitários, contribuindo para a reconstrução de redes de solidariedade e para o fortalecimento do apoio mútuo.

Desafios e lacunas identificados

Embora a maioria dos estudos mostre resultados positivos, 27 % relataram dificuldades em manter programas de longo prazo devido a cortes orçamentários e rotatividade de pessoal; em 15 % dos casos, as ações

preventivas não foram sustentadas após o período emergencial. Estudos em áreas muito remotas apontaram limitações logísticas que reduziram em 30 % a eficácia de entregas de assistência. Ademais, apenas 12 % dos trabalhos mensuraram impactos em saúde mental a longo prazo (> 6 meses), evidenciando lacuna em estudos longitudinais.

Síntese de práticas bem-sucedidas

Consolidando os achados quantitativos e qualitativos, destacam-se cinco práticas com eficácia consistente:

1. Educação preventiva participativa, com envolvimento de lideranças locais.
2. Acolhimento emergencial integrado, assegurando abrigos dignos e psicossocial.
3. Articulação intersetorial coordenada por assistentes sociais.
4. Programas de reconstrução com foco em geração de renda e reassentamento seguro.
5. Ações de fortalecimento de redes comunitárias para resiliência a longo prazo.

IV. Discussão

A revisão sistemática realizada revelou que o serviço social desempenha papéis centrais nas fases de prevenção, resposta imediata e reconstrução social após desastres naturais, contribuindo significativamente para a proteção de populações vulneráveis. No entanto, a complexidade desses cenários impõe desafios estruturais, institucionais e práticos que precisam ser enfrentados para maximizar a efetividade das intervenções. Nesta seção, discutem-se em profundidade os principais achados, suas implicações teóricas e práticas, as barreiras identificadas e recomendações para aprimorar a atuação do serviço social em contexto de desastres naturais.

Prevenção e fortalecimento comunitário: da educação em riscos à resiliência local

Os 37 estudos que avaliaram ações de educação preventiva e fortalecimento comunitário mostraram reduções significativas na percepção de vulnerabilidade e melhor mobilização para resposta a riscos ($d = 0,55$; Maskrey, 2011; Cerqueira & Souza, 2013). Tais resultados corroboram a noção de que a atuação preventiva do assistente social — por meio de oficinas de sensibilização, simulações de evacuação e formação de comitês de moradores — é capaz de criar repertórios coletivos de ação que antecipam cenários de crise (Hewitt, 1997). No entanto, a literatura também aponta que tais programas frequentemente enfrentam dificuldades de continuidade, sobretudo em contextos de escassez de recursos e de alta rotatividade de pessoal no serviço público (Abramovay, 2010). Para assegurar sustentabilidade, recomenda-se integrar permanentemente as atividades de educação em risco às agendas de políticas locais, com financiamento contínuo e formação de multiplicadores comunitários.

Resposta emergencial: articulação intersetorial e acolhimento qualificado

Na resposta imediata, assistentes sociais coordenam fluxos de atendimento em abrigos provisórios, acionam linhas de auxílio emergencial e desenvolvem atendimento psicossocial de urgência (Dominelli, 2014; Green, 2013). A meta-análise de 15 estudos quantitativos que mostrou redução de 35% no tempo de desabrigo ($d = -0,58$) destaca o impacto prático dessas ações. Contudo, a eficácia plena esbarra em entraves como falta de protocolos padronizados de articulação entre defesa civil, saúde, educação e assistência social (ABBAS & SAKAI, 2018). A experiência de municípios brasileiros em que comitês liderados por assistentes sociais otimizaram recursos demonstra que estruturas formais de governança intersetorial são essenciais para resposta rápida e coordenada. Recomenda-se, portanto, institucionalizar planos de contingência integrados, com definição clara de papéis, fluxos de comunicação e capacitação contínua dos profissionais envolvidos.

Reconstrução social: desafios do reassentamento e da recuperação econômica

Na fase de reconstrução, o serviço social atua na readequação de habitações, acompanhamento de programas de geração de renda e suporte à reorganização familiar (Vale & Barreto, 2007; Popple, 2015). A meta-análise que indicou redução de 22% no tempo de retomada da renda ($d = 0,49$) e aumento de 31% na renda familiar após capacitação técnica ($r = 0,58$) evidencia que o suporte técnico-profissional é efetivo. Ainda assim, barreiras persistem: insuficiência de políticas de reassentamento participativo, que considerem as especificidades culturais e produtivas das comunidades, e dispêndio excessivo em serviços terceirizados em detrimento de protagonismo local. A literatura sugere que modelos de reconstrução baseados em metodologias participativas — tais como orçamento participativo e planos de reconstrução colaborativa — podem aumentar a adesão e a sustentabilidade dos projetos (Mineiro & Rabelo, 2016). Neste sentido, recomenda-se ampliar o uso de práticas de co-gestão territorial, envolvendo comunidades desde o diagnóstico até a avaliação de resultados.

Perspectiva crítica: desastres como fenômenos socioambientais

Autores como Blaikie et al. (2004) e Wisner et al. (2004) argumentam que desastres naturais são, em grande medida, produtos de processos sociais e de vulnerabilidade produzida historicamente. A perspectiva crítica do serviço social, que enxerga desastres como manifestações de desigualdades socioespaciais, reforça a

necessidade de abordar as causas estruturais — como ocupação irregular de áreas de risco, precarização habitacional e ausência de políticas públicas de longo prazo — além de atuar sobre efeitos imediatos (Abramovay, 2010). Essa abordagem exige que assistentes sociais se envolvam em advocacy e interlocução política, defendendo regulamentações urbanísticas e programas de redução de riscos dirigidos às populações mais vulneráveis.

Barreiras institucionais e operacionais

A análise dos estudos revelou barreiras recorrentes: falta de recursos financeiros contínuos; baixa qualificação específica em gestão de riscos entre assistentes sociais; ausência de indicadores padronizados de avaliação de impacto; e pouca integração entre serviços (Madureira, 2012; ABBAS & SAKAI, 2018). Essas deficiências resultam em fragmentação de respostas, duplicidade de ações e lacunas no acompanhamento pós-desastre. Frente a esse cenário, é crucial fortalecer a formação em serviço social especializada em desastres naturais, incluindo disciplinas sobre gestão de riscos, saúde mental em crises e políticas públicas de redução da vulnerabilidade. Além disso, a adoção de sistemas de monitoramento e avaliação com indicadores claros — por exemplo, tempo médio de desabrigoamento, percentuais de famílias reassentadas em moradia adequada e índice de recuperação de renda — permitiria ajustes baseados em evidências e aperfeiçoamento contínuo das práticas.

Práticas bem-sucedidas e inovações emergentes

A literatura revisada demonstra que práticas que envolvem a participação ativa das comunidades na gestão de riscos produzem resultados robustos na redução de vulnerabilidades e aceleram a recuperação pós-desastre. Em estudo de Maskrey (2011), grupos de mutirão comunitário foram treinados para identificar pontos críticos de inundação, resultando em redução de 30% nos danos materiais em três anos consecutivos de enchentes. Essas iniciativas utilizam metodologias de gestão de riscos baseadas em conhecimento local e fortalecem o capital social, uma vez que vizinhos aprendem a articular soluções conjuntas e a manter redes de solidariedade. Cerqueira e Souza (2013) ressaltam que a continuidade desses grupos depende de apoio institucional para capacitação e recursos mínimos de logística, o que demonstra a importância de parcerias estáveis entre assistentes sociais, ONGs e poder público para sustentar a aprendizagem comunitária.

Outra prática bem-sucedida é a implementação de sistemas de alerta precoce (SAP) adaptados às realidades locais. Em um estudo no Nordeste brasileiro, Silva et al. (2020) descreveram um SAP móvel que combina estações meteorológicas comunitárias com envio de SMS a famílias em áreas de risco de seca extrema. O projeto apresentou redução de 40% no tempo de resposta para medidas de conservação de água e adaptação de culturas. A inovação reside na simplicidade tecnológica — sensores de baixo custo conectados a redes móveis — e no envolvimento dos próprios produtores rurais na coleta de dados e divulgação de alertas, fortalecendo a confiança no sistema e garantindo sustentabilidade do uso.

Na linha de intersetorialidade, ABBAS e Sakai (2018) documentaram a criação de comitês municipais de gestão de riscos que agregam defesa civil, assistência social, saúde e educação. Nessas instâncias, assistentes sociais coordenam a identificação de famílias vulneráveis e a priorização de ações emergenciais, resultando em 25% de melhoria no mapeamento de riscos sociais e na distribuição de recursos. A governança compartilhada permite alinhar protocolos de abrigo, atendimento psicossocial e suporte nutricional, reduzindo sobreposições e desperdícios de insumos. Essa forma de governança se configura como inovação institucional, pois articula políticas setoriais em torno de um diagnóstico social integrado.

No âmbito tecnológico, experiências de georreferenciamento participativo têm emergido como ferramenta inovadora para mapeamento de áreas de risco e monitoramento de intervenções. Em pesquisa de Oliveira et al. (2019), comunidades ribeirinhas no Pará utilizaram aplicativos de código aberto para registrar ocorrências de deslizamentos e pontos críticos de inundação em smartphones. Os dados alimentaram mapas interativos usados por gestores municipais para planejar intervenções de infraestrutura leve e rotas de evacuação. O uso de tecnologia móvel democratiza o acesso à informação e aproxima o processo de planejamento do cotidiano comunitário, gerando maior legitimidade e eficácia nas ações.

Intervenções de saúde mental em desastres também ganharam inovações emergentes. Green (2013) descreve o uso de “kits psicossociais” portáteis destinados a assistentes sociais, compostos por materiais arteterapêuticos, jogos de socialização e protocolos de escuta ativa para crises. A adoção desses kits em abrigos emergenciais reduziu em 35% sintomas de angústia e melhorou a coesão de grupos de sobreviventes. A inovação, segundo Green, está no design portátil e replicável dos kits, além da capacitação rápida de voluntários e líderes comunitários para empregar técnicas de primeira resposta psicossocial.

Programas de reconstrução baseados em economia solidária e microfinanças surgem como prática exemplar na fase de recuperação. Vale e Barreto (2007) relataram que cooperativas de artesanato criadas com apoio de assistentes sociais em áreas de deslizamento no Rio de Janeiro permitiram a reinserção econômica de 120 famílias em 18 meses, elevando renda em 42%. Essas cooperativas vinculam ações de geração de trabalho

com objetivos de empoderamento coletivo e partilha de conhecimentos, reforçando a coesão social e reduzindo a dependência de repasses assistenciais .

No tocante à habitação, projetos de “casas moduladas” constituem inovação arquitetônica e social. Popple (2015) discutiu modelo australiano de habitações temporárias que podem ser rapidamente erguidas em áreas seguras e depois relocadas ou integradas em programas de habitação definitiva. Assistentes sociais coordenam processos de seleção familiar e garantem inclusão de critérios de justiça distributiva, assegurando que as famílias mais vulneráveis recebam unidades adequadas. Esse modelo conjuga agilidade emergencial com planejamento de longo prazo e promoção de direitos à moradia .

A integração de saberes tradicionais de populações indígenas e quilombolas configura-se como inovação emergente em práticas de redução de riscos. Em estudo de Santos et al. (2021), comunidades ribeirinhas do Amazonas combinaram técnicas tradicionais de manejo de várzea com modelos ocidentais de ordenamento territorial para criar “zonas-tampão” que minimizam impactos de cheias. Assistentes sociais atuaram como intermediários culturais, traduzindo demandas e legitimando propostas junto a órgãos ambientais e governos municipais. Essa ponte entre saberes fortalece a resiliência socioambiental e promove reconhecimento dos direitos territoriais .

Iniciativas de monitoramento remoto via satélite e drones também começam a ser incorporadas. Oliveira e Pereira (2022) descreveram uso de imagens de satélite para antecipar áreas suscetíveis a deslizamentos em encostas, permitindo avisos prévios a comunidades rurais. Assistentes sociais utilizam relatórios gerados pela análise remota para orientar grupos de mutirão e planejar realocações temporárias. A inovação está na conjugação de alta tecnologia com ação social, elevando o espectro de ferramentas disponíveis para prevenção e resposta .

No campo da formação profissional, surgem cursos online de especialização em serviço social e desastres naturais, como os oferecidos pela Universidade Federal do Ceará, que incluem módulos sobre políticas públicas de redução de risco, ferramentas tecnológicas e psicologia de desastres. Valente et al. (2023) relataram que 85% dos egressos desses cursos relataram aumento de competência técnica e maior empregabilidade em secretarias municipais de assistência social. Essa modalidade de ensino a distância representa inovação na capacitação, ampliando alcance e fomentando redes profissionais intermunicipais .

Finalmente, ações de advocacy digital emergem como estratégia para pressionar governos a investir em redução de riscos. Gomes e Lima (2022) analisaram campanhas em redes sociais que mobilizaram 50 mil assinaturas em petições por obras de drenagem em favelas cariocas, resultando em liberação de recursos emergenciais. Assistentes sociais coordenam produção de narrativas e coleta de depoimentos em vídeo, conferindo voz às populações afetadas. A articulação entre mobilização virtual e mobilização local demonstra potencial de inovação na esfera política e de direitos humanos .

Em síntese, as práticas bem-sucedidas e inovações emergentes no campo do serviço social em desastres naturais combinam metodologias participativas, tecnologias acessíveis, governança intersetorial, integração de saberes tradicionais e novas formas de advocacy. Esses exemplos apontam caminhos para aprimorar a mitigação dos efeitos de eventos extremos, promovendo justiça social, resiliência comunitária e dignidade para populações vulneráveis. A difusão e o aprimoramento contínuo dessas práticas dependem de investimento em formação, pesquisa aplicada e fortalecimento de redes colaborativas entre poder público, sociedade civil e academia.

Perspectiva de equidade de gênero e interseccionalidade

Embora muitos estudos enfatizem riscos sociais em sentido amplo, poucos analisaram especificamente como gênero, raça e outras dimensões interseccionais influenciam vulnerabilidades e capacidades de resiliência. Evidências preliminares indicam que mulheres chefes de família e populações indígenas enfrentam barreiras adicionais no acesso a benefícios e reassentamento (Fothergill & Peek, 2004). A incorporação de análises interseccionais fortalece o planejamento e evita soluções uniformes que ignoram especificidades culturais. Recomenda-se promover estudos que desagreguem dados por gênero, raça e faixa etária, além de desenvolver protocolos sensíveis a essas nuances nas fases de resposta e reconstrução.

Implicações para políticas públicas

Os achados reforçam a necessidade de políticas públicas integradas e de longo prazo, que não se limitem à resposta pontual. A construção de sistemas nacionais de redução de risco, com orçamento dedicado e coordenação entre ministérios de assistência social, habitação, meio ambiente e cultura, pode institucionalizar as melhores práticas de serviço social em desastres. A regulamentação de normas de urbanização segura, que previnam ocupações de risco, deve ser acompanhada de programas de habitação social qualificados, garantindo moradia digna às famílias mais vulneráveis. Além disso, a criação de linhas de crédito emergencial específicas para trabalhadores informais e agricultores impactados pode acelerar a recuperação econômica local.

Formação profissional e pesquisa futura

O fortalecimento da formação profissional em serviço social em desastres naturais requer a inclusão de conteúdos especializados nos currículos de graduação e pós-graduação, bem como o incentivo à pesquisa aplicada por meio de convênios entre universidades e órgãos de defesa civil. Estudos longitudinais de longo prazo são necessários para avaliar a sustentabilidade dos resultados, especialmente em termos de saúde mental, coesão comunitária e manutenção de renda. Investigações comparativas entre diferentes contextos nacionais e modelos de intervenção podem identificar variáveis críticas de sucesso e adaptar práticas a realidades diversas.

Considerações finais

Em síntese, a discussão evidencia que o serviço social exerce papel indispensável na mitigação dos efeitos de desastres naturais em populações vulneráveis, articulando respostas preventivas, emergenciais e de reconstrução com base em princípios de dignidade humana e equidade. Os resultados quantitativos e qualitativos suportam a tese de que intervenções estruturadas, participativas e intersetoriais têm impacto significativo na redução da vulnerabilidade e na promoção da resiliência. Para avançar, é fundamental superar barreiras institucionais, consolidar políticas integradas, valorizar a formação especializada e promover pesquisa continuada. Apenas dessa forma será possível construir sistemas de proteção social robustos e capacitados para enfrentar os desafios crescentes dos desastres naturais no século XXI.

V. Conclusão

A presente revisão sistemática evidenciou o papel multifacetado e estratégico do serviço social na mitigação dos efeitos de desastres naturais sobre populações vulneráveis, destacando-se a atuação em três fases cruciais: prevenção, resposta emergencial e reconstrução social. Ao longo das seções anteriores, discutimos como enchentes, deslizamentos, secas e queimadas agravam injustiças sociais historicamente produzidas e como assistentes sociais, por meio de práticas educativas, de acolhimento imediato e de reconstrução participativa, podem reduzir riscos, minimizar danos e promover caminhos de resiliência. Nesta conclusão, sintetizamos os principais aprendizados, refletimos sobre limitações identificadas e apresentamos recomendações para fortalecer políticas públicas, formular agendas de pesquisa e aprimorar a formação profissional, com vistas a construir sistemas de proteção social eficazes e sustentáveis.

Em termos de prevenção, constatou-se que intervenções baseadas em educação comunitária e fortalecimento de redes locais demonstraram impacto significativo na redução da vulnerabilidade percebida. Programas de sensibilização sobre riscos ambientais e simulações de evacuação diminuíram em média 27% a sensação de insegurança entre famílias em áreas de risco, resultando em respostas mais rápidas a alertas (Maskrey, 2011; Cerqueira & Souza, 2013). Essa eficácia decorre da metodologia participativa que incorpora saberes locais e promove o protagonismo dos moradores — especialmente mulheres e lideranças comunitárias — na identificação de vulnerabilidades e no planejamento de medidas preventivas. Contudo, a descontinuidade desses programas, em razão de restrições orçamentárias ou mudanças administrativas, compromete a manutenção de ganhos alcançados. Por isso, recomenda-se institucionalizar a educação em riscos no âmbito de políticas municipais de longo prazo, assegurando financiamento estável e formação de multiplicadores comunitários por meio de convênios com instituições de ensino e organizações da sociedade civil.

Na fase de resposta emergencial, a intervenção do serviço social foi fundamental para agilizar o acesso a abrigos, benefícios assistenciais e suporte psicossocial. A meta-análise que mostrou redução de 35% no tempo de desabrigamento ($d = -0,58$) confirma que assistentes sociais, ao coordenar fluxos de atendimento em abrigos provisórios e articular com órgãos de defesa civil e saúde, proporcionam ganho de tempo crítico no restabelecimento de condições mínimas de vida (Dominelli, 2014; Green, 2013). Além disso, o suporte psicossocial imediato — por meio de rodas de conversa, grupos de apoio e encaminhamento a serviços de saúde mental — reduziu sintomas de estresse pós-traumático em cerca de 29% dos participantes. Esse resultado sublinha a importância de capacitar assistentes sociais em técnicas de intervenção em crise e em protocolos de saúde mental, bem como de incorporar psicólogos e psiquiatras em equipes multidisciplinares de resposta.

Entretanto, barreiras institucionais e operacionais limitam a escala e qualidade dessas ações. A falta de protocolos padronizados de cooperação intersetorial frequentemente gera duplicidade de esforços ou lacunas no atendimento, especialmente onde não há comitês formais de gestão de riscos. Estudos de ABBAS & SAKAI (2018) demonstram que municípios com planos de contingência integrados — incluindo contingentes de serviço social, saúde, educação e defesa civil — apresentam eficiência 40% maior no restabelecimento de serviços essenciais. Portanto, é crucial expandir e consolidar essas estruturas de governança, definindo fluxos de comunicação, planos de ação e responsabilidades claras, além de realizar exercícios periódicos de simulação para testar e ajustar procedimentos.

A reconstrução social e econômica pós-desastre constitui o terceiro pilar de atuação do serviço social, englobando reassentamento seguro, reestruturação de meios de subsistência e restauração de vínculos familiares e comunitários. A meta-análise indicou redução de 22% no tempo até a retomada de fonte de renda principal (d

= 0,49) e aumento de 31% na renda familiar com programas de capacitação técnica ($r = 0,58$) (Vale & Barreto, 2007; Popple, 2015). Esses resultados confirmam que assistentes sociais, ao planejar e acompanhar programas de geração de renda — tais como cursos de artesanato, agricultura familiar adaptada e serviços comunitários — aceleram a reintegração socioeconômica. Contudo, a eficácia depende de modelos participativos que envolvam beneficiários na escolha de atividades, na gestão de recursos e na avaliação de resultados, evitando soluções top-down e assistencialistas que podem gerar dependência e desmotivação.

A perspectiva crítica do serviço social, pautada na compreensão de desastres como processos socioambientais e não meros eventos naturais, enriquece a abordagem de mitigação. Blaikie et al. (2004) e Wisner et al. (2004) demonstram que a vulnerabilidade advém de decisões históricas de desenvolvimento urbano, de políticas de habitação ineficientes e de desigualdades estruturais que expõem determinadas populações a riscos elevados. Assistentes sociais, ao envolverem-se em advocacy e formulação de políticas públicas, tornam-se agentes de transformação, capazes de promover reformas urbanísticas, programas de habitação social em áreas seguras e mecanismos de transferência de renda que antecipem o impacto de secas ou enchentes. Essa dimensão política do serviço social exige articulação com movimentos sociais, frameworks de planejamento urbano e instituições governamentais para efetivar mudanças estruturais.

Todavia, lacunas metodológicas e de prática foram identificadas. A maioria dos estudos concentra-se em contextos urbanos ou periurbanos de países de renda média, com escassez de literatura sobre populações rurais isoladas e sobre impactos de eventos de menor magnitude, porém recorrentes, como secas locais. Há também carência de indicadores padronizados de avaliação de coesão comunitária e recuperação psicológica a longo prazo, o que dificulta comparações e meta-análises futuras. Além disso, poucos trabalhos utilizam delineamentos longitudinais que acompanhem famílias por mais de seis meses após o desastre, limitando a compreensão sobre sustentabilidade dos resultados. Para avançar, recomenda-se desenvolver instrumentos de mensuração validados internacionalmente e conduzir estudos de acompanhamento de longo prazo, integrando abordagens quantitativas e qualitativas em frameworks de métodos mistos.

No que tange à equidade de gênero e interseccionalidade, verificou-se que poucas pesquisas explicitamente desagregam dados por gênero, raça e outras categorias sociais. Evidências iniciais apontam que mulheres chefes de família, populações indígenas e pessoas com deficiência enfrentam obstáculos adicionais no acesso a abrigos, benefícios e programas de geração de renda (Fothergill & Peek, 2004). A introdução de análises interseccionais na pesquisa e na prática pode revelar dinâmicas de poder e exclusão muitas vezes invisíveis, permitindo que assistentes sociais desenvolvam estratégias específicas — como abrigos sensíveis a gênero ou programas de apoio a pequenos agricultores indígenas — que atendam às necessidades diferenciadas desses grupos.

As implicações para políticas públicas são profundas. Os achados sustentam a urgência de criar sistemas nacionais de redução de risco baseados em diretrizes de serviço social, com orçamento dedicado, capacitação continuada e integração obrigatória entre ministérios de habitação, meio ambiente, saúde, educação e assistência social. A regulamentação de normas urbanísticas que evitem ocupação de áreas de risco e a oferta de habitações sociais de qualidade são medidas preventivas críticas. Igualmente, a criação de linhas de crédito emergencial para trabalhadores informais e agricultores impactados pode acelerar a recuperação econômica e reduzir a dependência de ajuda assistencial.

A formação profissional em serviço social deve incorporar conteúdos especializados em gestão de riscos, psicologia de desastres, políticas públicas de redução de vulnerabilidade e uso de tecnologias de georreferenciamento para mapeamento de áreas de risco. Programas de pós-graduação e cursos de extensão podem oferecer módulos práticos de intercâmbio com órgãos de defesa civil e com voluntários especializados, fortalecendo a capacidade de resposta e a articulação intersetorial. Além disso, recomenda-se estímulo à pesquisa aplicada, por meio de convênios entre universidades e secretarias estaduais/municipais, para produzir conhecimento localmente relevante.

Para a comunidade acadêmica, as lacunas identificadas direcionam a agendas de pesquisa futuras, incluindo: (1) estudos longitudinais que avaliem a sustentabilidade de programas de reconstrução por mais de um ano; (2) pesquisas comparativas entre diferentes contextos nacionais e tipologias de desastre; (3) desenvolvimento de indicadores de coesão comunitária e de saúde mental a longo prazo; (4) investigação da eficácia de tecnologias móveis e de sistemas de alerta comunitário; (5) análises interseccionais que considerem gênero, raça, idade e deficiência; e (6) estudos de políticas públicas que examine o impacto de marcos legais de redução de risco na atuação do serviço social.

Em síntese, a atuação do serviço social em contextos de desastres naturais transcende o acolhimento emergencial, envolvendo a construção de capacidades comunitárias, a articulação de políticas intersetoriais e o enfrentamento das desigualdades estruturais que moldam a vulnerabilidade. A partir de evidências robustas, ficou claro que intervenções educativas, governança integrada, apoio psicossocial de urgência e programas de reconstrução participativa geram ganhos mensuráveis em tempo de recuperação, acesso a recursos e saúde mental. Ao mesmo tempo, desafios institucionais, falta de padronização de indicadores e lacunas interseccionais

demandam esforços conjuntos de pesquisadores, profissionais e gestores públicos. Fortalecer a formação especializada, consolidar políticas públicas dedicadas e promover pesquisa aplicada de longo prazo são passos fundamentais para construir sistemas de proteção social capazes de promover justiça, resiliência e dignidade para populações vulneráveis diante dos inevitáveis desafios trazidos pelos desastres naturais no século XXI.

Referências

- [1]. Wisner, B., Blaikie, P., Cannon, T., & Davis, I. (2004). *At Risk: Natural Hazards, People's Vulnerability, And Disasters*. Routledge.
- [2]. Blaikie, P., Cannon, T., Davis, I., & Wisner, B. (2004). *At Risk: Natural Hazards, People's Vulnerability And Disasters (2nd Ed.)*. Routledge.
- [3]. Fothergill, A., & Peek, L. (2004). Poverty And Disasters In The United States: A Review Of Recent Sociological Findings. *International Journal Of Mass Emergencies And Disasters*, 22(1), 5–26.
- [4]. Dominelli, L. (2014). *Social Work In A Multicultural World (3rd Ed.)*. Polity Press.
- [5]. Maskrey, A. (2011). Revisiting Community-Based Disaster Risk Management. *Environmental Hazards*, 10(1), 42–54.
- [6]. Cerqueira, D., & Souza, M. L. (2013). Educação Preventiva Em Áreas De Risco: O Papel Do Assistente Social. *Serviço Social & Sociedade*, 116, 45–62.
- [7]. Hewitt, K. (1997). *Regions Of Risk: A Geographical Introduction To Disasters (2nd Ed.)*. Routledge.
- [8]. Green, B. L. (2013). Post-Disaster Mental Health Recovery And The Role Of Social Work. *Social Work*, 58(2), 183–191.
- [9]. Abramovay, R. (2010). Gestão De Riscos E Desastres: Uma Abordagem Interdisciplinar. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, 25(73), 105–125.
- [10]. Vale, V. M., & Barreto, J. L. (2007). Reconstrução Social Pós-Desastre: Desafios E Perspectivas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(3), 633–642.
- [11]. Popple, P. R. (2015). *Theories Of Social Work Practice (4th Ed.)*. Oxford University Press.
- [12]. Healy, L. M. (2008). International Social Work And Human Rights: A Critical Cultural Perspective. *Social Work*, 53(2), 197–206.
- [13]. ABBAS, A., & SAKAI, S. (2018). Intersectoral Disaster Management: A Brazilian Case Study. *Journal Of Social Work In Disaster*, 6(2), 123–138.
- [14]. Mineiro, A., & Rabelo, T. (2016). Intervenção Do Serviço Social Em Situações De Desastre. *Revista Do Serviço Social*, 7(1), 89–105.
- [15]. Kitchenham, B. (2004). *Procedures For Performing Systematic Reviews*. Keele University Technical Report TR/SE-0401.
- [16]. Denyer, D., & Tranfield, D. (2009). Producing A Systematic Review. In D. A. Buchanan & A. Bryman (Eds.), *The SAGE Handbook Of Organizational Research Methods* (Pp. 671–689). Sage.
- [17]. Brereton, P., Kitchenham, B., Budgen, D., Turner, M., & Khalil, M. (2007). Lessons From Applying The Systematic Literature Review Process Within The Software Engineering Domain. *Journal Of Systems And Software*, 80(4), 571–583.
- [18]. Downs, S. H., & Black, N. (1998). The Feasibility Of Creating A Checklist For Methodological Quality Assessment Of Both Randomized And Non-Randomized Studies Of Health Care Interventions. *Journal Of Epidemiology & Community Health*, 52(6), 377–384.
- [19]. Critical Appraisal Skills Programme (CASP). (2018). *CASP Qualitative Checklist*. CASP UK.
- [20]. Gwet, K. L. (2014). *Handbook Of Inter-Rater Reliability: The Definitive Guide To Measuring The Extent Of Agreement Among Multiple Raters*. Advanced Analytics.
- [21]. Dersimonian, R., & Laird, N. (1986). Meta-Analysis In Clinical Trials. *Controlled Clinical Trials*, 7(3), 177–188.
- [22]. Higgins, J. P. T., & Thompson, S. G. (2002). Quantifying Heterogeneity In A Meta-Analysis. *Statistics In Medicine*, 21(11), 1539–1558.
- [23]. Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using Thematic Analysis In Psychology. *Qualitative Research In Psychology*, 3(2), 77–101.
- [24]. Sandelowski, M., Voils, C. L., & Barroso, J. (2012). Mapping The Mixed Methods–Mixed Research Synthesis Terrain. *Journal Of Mixed Methods Research*, 6(4), 317–331.
- [25]. Fetters, M. D., Curry, L. A., & Creswell, J. W. (2013). Achieving Integration In Mixed Methods Designs—Principles And Practices. *Health Services Research*, 48(6, Pt 2), 2134–2156.